

TENENTE-CORONEL ALBIERO
Chefe da Célula de Operações do
CCOp/CMA

**TENENTE-CORONEL MARCELO
SOARES**
Adjunto da célula de Operações do
CCOp/CMA

TENENTE-CORONEL BASTO
Adjunto da célula de Operações do
CCOp/CMA

TENENTE-CORONEL MONTEIRO
Adjunto da Seção de Operações do
CCOp/CMA

MAJOR FALCÃO
Adjunto da Seção de Operações do
CCOp/CMA



A ATUAÇÃO DO COMANDO CONJUNTO DA AMAZÔNIA NO COMBATE À COVID-19

A proteção de civis tornou-se uma atividade merecedora da atenção das Forças Armadas em todo o mundo. Desde 1999, no âmbito das operações de paz conduzidas sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), a proteção de civis vem sendo um dos principais focos de atenção. O tema também se mostra onipresente nos conflitos internacionais recentes, levando coalizões, países e Forças Armadas a desenvolverem uma doutrina específica.

O Exército Brasileiro (EB) acompanha esse quadro e trabalha no sentido de publicar uma doutrina própria que atenda ao contexto das operações no amplo espectro, desde a situação de paz estável até o conflito armado internacional de grande intensidade. Assim, previu a edição de um manual no Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre de 2020 no contexto do projeto interdisciplinar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Nesse cenário, em maio de 2021, foi aprovado o manual de campanha EB70-MC-10.250, estabelecendo que a proteção de civis consiste no conjunto de esforços para reduzir os riscos de violência física contra civis, garantir o direito de acesso da população a

serviços e recursos essenciais, além de contribuir para o estabelecimento de um ambiente seguro e estável (Ibidem, p. 3-2). Prescreve também que o escopo de tal proteção se enquadra em quatro camadas, a saber a proteção física contra violência iminente, a provisão de necessidades básicas, a proteção dos direitos humanos e a melhoria das condições políticas, econômicas e sociais (Ibidem, p. 3-3). Ademais, elenca três princípios de ação, cada qual com um conjunto de tarefas correspondentes. Esses princípios foram chamados de compreensão dos riscos a civis, proteção de civis nas operações e estabelecimento do ambiente seguro e estável.

Uma das premissas constantes é de que o EB há muito realiza a proteção de civis, algo evidente no lema mais característico da

“**A proteção de civis tornou-se uma atividade merecedora da atenção das Forças Armadas em todo o mundo. Desde 1999, no âmbito das operações de paz conduzidas sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).**”

própria Instituição “Exército Brasileiro: Braço Forte, Mão Amiga”. O mesmo pode ser dito em relação à Marinha do Brasil (MB) e à Força Aérea Brasileira (FAB), cujos lemas, respectivamente, são “Protegendo Nossas Riquezas, Cuidando da Nossa Gente” e “Asas que Protegem o país”. Nesse sentido, de coerência com as tradições das Forças Armadas brasileiras, que o Comando Conjunto Amazônia (CCj Amz) foi ativado para atuar na Operação COVID-19.

A citada operação foi determinada pelo Ministério da Defesa, em 19 de março de 2020, em decorrência do surgimento do novo coronavírus

COMPREENSÃO DOS RISCOS A CIVIS	PROTEÇÃO DE CIVIS NAS OPERAÇÕES		ESTABELECIAMENTO DO AMBIENTE SEGURO E ESTÁVEL
Compreender o ambiente operacional	Planejar a proteção de civis	Executar ações comuns às operações	Integrar assuntos civis
Compreender as vulnerabilidades e ameaças	Preparar a proteção de civis	Proteção de estruturas estratégicas	Integrar operações de informações
Conduzir atividades de inteligência	Executar operações ofensivas	Proteger o deslocamento de civis	Contribuir com a segurança
Integrar a gestão do conhecimento e da informação	Executar operações defensivas	Realizar ações de interposição entre facções adversárias	Contribuir com o restabelecimento da lei
Conduzir a avaliação contínua	Executar OCCA	Mitigar efeitos colaterais	Contribuir com o bem-estar social e econômico
Prestar assessoramento jurídico	Executar operações complementares	Responder a efeitos colaterais	Contribuir com a governança e participação

Fig 1 - Princípios e tarefas de proteção de civis (Ibidem, p. 3-7).

(Sar-Cov-2) e sua rápida disseminação em todo o mundo – o que levou a Organização Mundial da Saúde a classificar a covid-19 como uma pandemia em 11 de março de 2020.

Ao conceber a operação, o Ministério da Defesa ativou dez comandos conjuntos para mitigar os efeitos adversos da doença, em apoio aos órgãos de saúde e de segurança pública, por meio das seguintes tarefas:

- intensificar o controle de acesso às fronteiras, em coordenação com os Órgãos de Segurança Pública (OSP) e demais agências competentes;
- empregar os meios de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (DOBRN) para a descontaminação de material, em coordenação com o Estado Maior das Forças Armadas (EMCFA);
- empregar pessoal militar e servidores civis em campanhas de conscientização;
- prestar apoio logístico às equipes envolvidas (sobretudo transporte, alimentação e alojamento);
- estabelecer ligação com os órgãos e autoridades sanitárias competentes; e
- realizar a triagem de pessoas para posterior encaminhamento aos hospitais.

Nesse contexto, coube ao comando operacional atuar na área correspondente ao Comando Militar da Amazônia (CMA),

nos estados de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia. em coordenação com o 9º Distrito Naval (9º DN), da MB e com a ALA 8, da FAB. Devido às peculiaridades de cada força singular, seus meios permaneceram sob controle do Comando de Operações Navais (ComOpNav) e do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), respectivamente, sendo disponibilizados conforme a demanda e mediante solicitação ao Ministério da Defesa. Assim sendo, o CCj Amz empregou:

- a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Bda Inf Sl) no estado de Roraima;
- a 2ª Bda Inf Sl, na região do alto e médio Rio Negro;
- a 16ª Bda Inf Sl na região do médio e alto Rio Solimões;
- a 17ª Bda Inf Sl nos estados de Rondônia e Acre, além do sul do Amazonas; e
- o 2º Grupamento de Engenharia, na região centro-leste do Amazonas, incluindo a capital Manaus e seus arredores, atuando de forma integrada às agências presentes em suas respectivas zonas de ação. Além disso, o CCj Amz planejou o emprego dos meios da MB e da FAB em toda sua área de responsabilidade.

Isso posto, o presente artigo oferece uma análise da atuação do CCj Amz na Operação COVID-19, sob o enfoque da doutrina de proteção de civis presente no manual EB70-MC-10.250.

Para tanto, pretende abordar a compreensão dos riscos aos civis, as atividades de proteção aos civis e a importância do estabelecimento de um ambiente seguro e estável, concluindo sobre a adequabilidade dos princípios que fundamentam a doutrina em vigor.

A COMPREENSÃO DOS RISCOS AOS CIVIS

A compreensão dos riscos aos civis é o princípio que consiste no entendimento do ambiente operacional, dos atores, das vulnerabilidades, das ameaças e das relações sistêmicas existentes na área ou teatro de operações (BRASIL, 2020a, p.3-8).

A ANÁLISE DOS FATORES OPERACIONAIS

O ambiente operacional pode ser analisado e descrito considerando oito fatores operacionais:

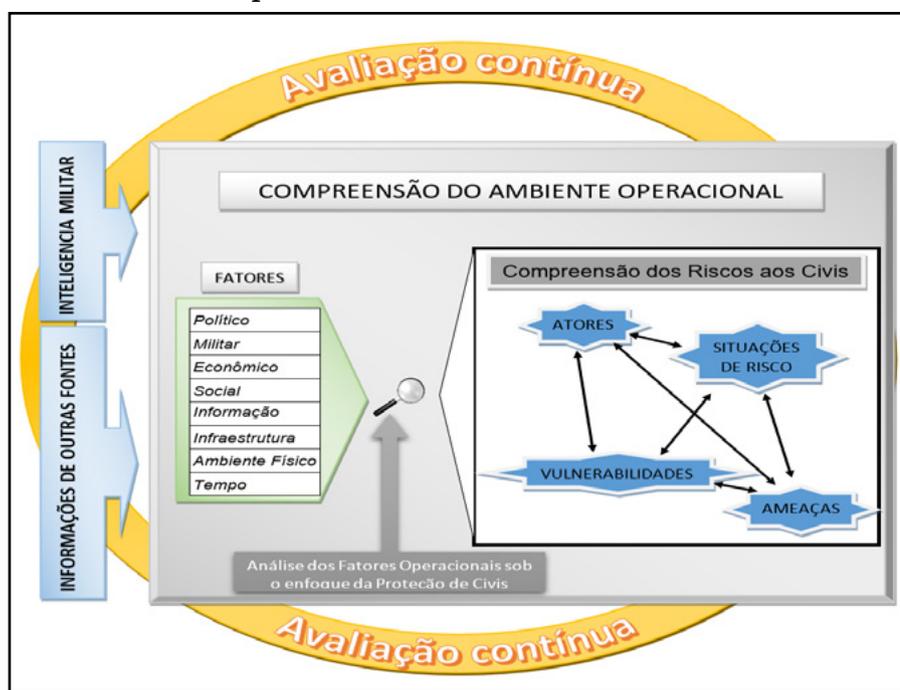


Fig 2 - Compreensão dos riscos aos civis (ibidem, p. 4-2).

- o político;
- o militar;
- o econômico;
- o social;
- a informação;
- a infraestrutura;

- o ambiente físico; e
- o tempo (PMESII-AT).

Isso facilita o entendimento do somatório de condições e circunstâncias que afetam o emprego de capacidades militares e influenciam as decisões do comandante, favorecendo a consciência situacional (Ibidem, p.3-8).

No fator político, destaca-se a abrangência de quatro estados da federação: Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, além de 151 municípios. De acordo com o manual de Proteção de Civis:

[...] os esforços na Proteção de Civis são realizados dentro de um cenário político em que as forças militares são apenas um dos atores. Em muitos casos, o papel principal dos militares tende a ser o de apoiar os esforços de proteção, em vez de liderá-los. Os papéis dos governos e governanças locais devem ser entendidos, observando a autoridade e identidade de figuras políticas importantes (Ibidem, p. 4-4).

Nesse íterim, a Operação COVID-19 enquadra-se em um cenário de gestão tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS), em que as esferas federal, estaduais e municipais da saúde têm competências complementares. A esse quadro, somam-se 13 distritos sanitários de saúde indígena da esfera federal, porém com competência exclusiva sobre a população indígena; as redes de proteção social das Forças Armadas, com seus sistemas de saúde próprios; e as redes privadas presentes na área do comando operacional.

No fator militar, o CGj Amz foi ativado por meio das instruções para o emprego das Forças Armadas – Apoio às missões de mitigação dos impactos da covid-19 – Operação COVID-19, de 19 de março de 2020, tendo recebido como meios adjudicados, os grandes comandos do EB presentes no CMA,

e tendo no estado-maior conjunto a presença de oficiais das três forças singulares, incluindo oficiais de ligação do 9º DN e da ALA 8. Considerando-que:

[...] em relação às forças amigas, a apreciação do fator militar no ambiente operacional permite a condução de operações apropriadas às circunstâncias. Nesse sentido, leva-se em consideração suas capacidades e necessidades, para que elas recebam os meios necessários e indispensáveis para a execução da operação (Ibidem, p. 4-5).

Os meios da MB e da FAB permaneceram sob o controle do ComOpNav e do COMAE, respectivamente, apoiando as instituições conforme as demandas se apresentavam. Isso ficou bastante evidente durante a segunda onda da covid-19 no estado do Amazonas, quando a MB empregou os navios patrulha fluvial, Pedro Teixeira, Raposo Tavares e Amapá, com o propósito de transportar usinas de oxigênio para municípios do interior do Amazonas. Ademais, a FAB deslocou aeronaves KC-390, C-130, SC-105, C-105 e C-99 para Manaus, a fim de prestar apoio cerrado de transporte aéreo logístico.

No fator militar, coerente com a prescrição de que “há de se levar em conta a presença, no espaço de batalha, de estruturas, organismos e instituições não militares, nacionais e internacionais, destinadas à proteção de civis (Ibidem, p.4-5)”, avulta de importância a criação de comitês de gerenciamento de crise nos estados, facilitando a coordenação dos diversos atores envolvidos.

Já no fator econômico, aspectos como o desemprego e a informalidade aumentam a exposição da população ao coronavírus e a pressão sobre a rede pública de saúde. Outro aspecto relevante é que os poucos orçamentos dos municípios situados no interior dos estados são insuficientes para contratar médicos, impedindo o aproveitamento total dos leitos existentes e, conseqüentemente, aumentando a demanda nos hospitais das capitais.

Segundo o manual de Proteção de Civis:

as questões econômicas afetam de maneira significativa as vulnerabilidades civis e as ameaças potenciais durante as operações militares. Embora não seja, geralmente, relevante em termos de violência direta contra civis, as questões econômicas são significativas quando os objetivos gerais da missão incluem o bem-estar da população e a garantia de seu apoio. Essas questões podem motivar civis a optar pela permanência em áreas perigosas e resistir a esforços de realocação. Por outro lado, podem causar grande número de deslocados ou refugiados em busca de melhores condições de subsistência. Compreender os fatores econômicos ajuda a identificar possíveis fontes de instabilidade e a encontrar soluções. Crises econômicas podem causar efeitos que afetam diretamente a população civil, como a escassez de alimentos e o desemprego. Esses efeitos favorecem o florescimento de atividades ilícitas como roubo, sequestro, pilhagem, extorsão, aumento do tráfico de drogas, da corrupção e monopolização de recursos naturais, contribuindo para o surgimento de conflitos entre grupos militares, paramilitares e organizações criminosas, aumentando o sofrimento da população (Ibidem, p. 4-6).

Coerente com essas prescrições, o comando operacional monitora o cenário, para estar em condições de agir em função de hipóteses de instabilidade social que resultem em necessidade de garantir a lei e a ordem, para preservar a incolumidade das pessoas e o patrimônio público.

O fator social possibilita descrever o ambiente cultural, religioso, étnico, crenças, valores, costumes e o comportamento das pessoas residentes na área de operações (Ibidem, p.4-6), com destaque para a multiplicidade de posturas e opiniões a respeito da pandemia. Essa diversidade de percepções reflete-se em diferentes comportamentos, polarizando, politizando e dificultando a gestão da crise sanitária. Ainda da análise do fator social, destaca-se a expressiva presença de indígenas

aldeados, na área de responsabilidade do Comando Conjunto Amazônia. Trata-se de um segmento da população bastante vulnerável em decorrência do quadro de exclusão social, tendo acesso limitado à saúde e a outros serviços essenciais. A presença dos indígenas aldeados, em sua maioria vivendo em áreas longínquas e de difícil acesso, impõe uma preocupação adicional, no sentido de superar os óbices para que os mesmos recebam atendimentos e as medidas sanitárias implementadas no combate à covid-19.

Quanto à análise do fator infraestrutura, o manual de Proteção de Civis prescreve que:

as estruturas-chave que asseguram acesso a populações vulneráveis, como as infraestruturas de geração e distribuição de energia, sistemas de transporte, hospitais e meios de comunicações, devem ser protegidas durante a execução de operações militares. [...] Além da proteção, as forças militares podem estar diretamente envolvidas em esforços de reparação de infraestruturas danificadas ou no apoio a outros atores nessa tarefa. A recuperação de estruturas danificadas por ação das tropas, adversários ou por condições naturais reforçará o compromisso com a Proteção de Civis, além de evitar prejuízos decorrentes da interrupção de serviços essenciais (Ibidem, p. 4-8).

A infraestrutura disponível na área de responsabilidade do CCj Amz é extremamente precária, sobretudo, em termos de transporte e de saúde – fato que se tornou, ainda, mais evidente durante a pandemia. A precariedade da rede de transporte decorre da inexistência de malha rodoviária regional, da incipiência do sistema aeroportuário e das limitações de velocidade do modal de transporte fluvial.

A infraestrutura de saúde mostrou-se insuficiente para atender às demandas da pandemia, tornando-se saturada durante as ondas de crescimento exponencial de casos. Dentre os indicadores da deficiência, ressaltam-se: a quantidade insatisfatória de leitos clínicos e de Unidade de Terapia Intensiva (UTI); as carências de equipamentos, como respiradores, monitores e concentradores de oxigênio; a oferta limitada de oxigênio medicinal; a

inadequação das redes elétrica e de gases medicinais em hospitais; e a excessiva concentração de nosocômios de referência nas capitais dos estados. Assim, as tarefas relacionadas ao fator infraestrutura, na área do CCj Amz, dizem mais respeito à superação dos óbices preexistentes do que com a proteção de civis propriamente dita.

Do fator ambiente físico, sobressaem-se as características inerentes à região amazônica: vasta floresta latifoliada; grandes distâncias; centros populacionais localizados às margens dos rios; clima equatorial, marcado por períodos secos e chuvosos, que determinam o regime das águas. De acordo com o manual de Proteção de Civis:

o terreno e as condições meteorológicas possuem grande capacidade de afetar os riscos à população civil e os esforços das forças militares para protegê-la. [...] regiões restritivas dificultam a presença de militares e limitam o grau de familiaridade da tropa com a área, resultando em tênue controle e em maior exposição da população civil às ameaças (Ibidem, p. 4-8).

Nesse sentido, os aspectos fisiográficos da Amazônia brasileira potencializam as deficiências do fator infraestrutura, sobretudo em termos de trafegabilidade terrestre, fluvial e aérea, condicionando os esforços para superação dos óbices estruturais da região.



Fig 3 - Ambiente físico da região amazônica.

Segundo o manual de Proteção de Civis, os “aspectos relacionados ao tempo afetam os riscos aos civis, uma vez que, muitas vezes, é um fator limitador para a tropa, exigindo respostas militares ágeis face a ameaças iminentes à integridade física e à sobrevivência de civis em determinada área” (Ibidem, p.4-9). A imprevisibilidade da evolução das taxas de contágio ao longo da pandemia, a longa duração da crise e a ocorrência de duas ondas compreendidas em um período de cerca de um ano são aspectos levantados na análise do fator tempo, suscitando a necessidade de manter a prontidão e a segurança, a fim de preservar a operacionalidade da tropa empenhada.

O manual também prescreve que “operações militares para a Proteção de Civis poderão ser adiadas pela necessidade de os líderes políticos adquirirem consciência situacional, construir consenso e tomar as decisões necessárias para responder a determinada ameaça” (Ibidem, p. 4-9). Esse aspecto ficou evidente durante a Operação COVID-19, particularmente na 2ª onda, quando diversas solicitações de apoio foram apresentadas ao Comando de forma intempestiva, requerendo agilidade no trâmite das informações e elevada responsabilidade em todos os níveis. Ainda, na análise do fator informação, adquirem relevo (a/o):

- falta de consenso sobre medidas para a profilaxia e tratamento;
- impacto da desinformação;
- imprecisão dos dados relativos à rede pública, sobretudo, aqueles referentes a leitos, pacientes e insumos disponíveis; e
- a falta de controle de secretarias de saúde sobre a oferta e demanda de oxigênio e, conseqüente, a grande dependência de informações provenientes de fornecedores e prestadores de serviços.

Além disso, ressalta-se o aumento da busca por informações e a conseqüente exploração da sensibilidade da população por diversos atores, na disputa pelo domínio do ambiente informacional com propósitos nem sempre ligados à pandemia. Em função da gestão tripartite do SUS, destaca-se a abertura de diversos canais de comunicação *ad hoc* com o CCj Amz, muitas vezes, apresentando

solicitações intempestivas, para permitir o processamento adequado das informações.

O manual de Proteção de Civis prescreve que:

as forças militares devem compreender a influência do fator Informação na Proteção de Civis, incluindo aquelas necessárias para manutenção da consciência situacional e realização de operações eficazes, bem como para divulgação de mensagens associadas às operações e à missão. Para esse entendimento, deve-se considerar os aspectos relacionados ao público, às mensagens e aos meios de divulgação de informações (Ibidem, p. 4-7).

Portanto, o panorama descrito sobre o fator informação evidenciou a necessidade de cautela em relação às disputas pelo controle da narrativa, critério na seleção de indicadores, rigor na avaliação dos dados obtidos em fontes abertas, além de revelar a importância da velocidade em todo o processo informacional. Também, tornou evidente a necessidade de acompanhamento das diferentes narrativas e da divulgação de mensagens coerentes com os objetivos informacionais do Comando Operacional.

ATORES, VULNERABILIDADES, AMEAÇAS E RISCOS NA OPERAÇÃO COVID

Com base em análises dos fatores operacionais, foram identificados diversos atores envolvidos na Operação COVID-19. Seguindo a classificação do manual de Proteção de Civis, destacam-se os seguintes:

- forças militares – Tropas do CCj Amz, incluindo as equipes de ligação do EB, da MB e da FAB;
- adversários – Coronavírus e agentes perturbadores da ordem pública;
- civis vulneráveis – População das capitais ou com acesso terrestre às capitais, população sem acesso terrestre às capitais, indígenas aldeados e a própria “família militar”; e
- outros atores – Ministério, secretarias estaduais e municipais de saúde, comitês de gerenciamento de crise, distritos sanitários especiais indígenas (DSEI), organizações não governamentais, fornecedores e doadores de

insumos, rede hospitalar privada, mídia e órgãos de controle.

Considerando que as vulnerabilidades “correspondem às deficiências presentes ou associadas aos civis” (Ibidem, p. 4-6), que “referem-se à exposição de civis às ameaças iminentes ou específicas”, e que são “mitigadas com diferentes

abordagens e geralmente envolvem outros atores além das forças militares” (Ibidem, p. 4-15), as vulnerabilidades dos civis na área de atuação do CCj Amz foram analisadas da seguinte forma:

As ameaças consistem “na conjunção de atores [...] com motivação e capacidade de realizar ação hostil, real ou potencial,

VULNERABILIDADES	DIMENSÕES DAS VULNERABILIDADES	POSSÍVEIS MITIGAÇÕES	POTENCIAIS ALIADOS
<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - exposição ao coronavírus. - escassez de leitos de UTI e clínicos para pacientes com COVID-19. - escassez de oxigênio nos hospitais. - escassez de equipamentos hospitalares. - escassez de profissionais de saúde. - escassez de medicamentos e EPI. - falta de integração de parcela considerável da ARP à rede rodoviária nacional. - incipiência da infraestrutura de transporte aéreo. - indisponibilidade de meios aéreos para transporte de pacientes. - inadequação do modal fluvial para transporte de pacientes. 	<p>Escala</p> <ul style="list-style-type: none"> - população dos Estados de Roraima, Amazonas, Acre e Roraima. <p>Severidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - taxas de mortalidade (por 100 mil hab): - AC 109,8 - AM 253,9 - RO 153,1 - RR 171,2 <p>Duração e frequência</p> <ul style="list-style-type: none"> - imprevisível 	<p>Triagem</p> <ul style="list-style-type: none"> Conscientização Testagem Descontaminação <p>Apoio logístico de transporte multimodal</p> <ul style="list-style-type: none"> - evacuação de pacientes. - transporte de insumos. <p>Apoio logístico de recursos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> - apoio à vacinação. <p>Apoio logístico de saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - montagem de Hospital de Companhia. - hospitalização. <p>Apoio de comando e controle</p>	<p>Órgãos Governamentais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde. - Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. <p>Rede Hospitalar Privada</p> <p>ONG</p> <ul style="list-style-type: none"> - OPAS. <p>Fornecedores de insumos</p> <ul style="list-style-type: none"> - oxigênio. - equipamentos hospitalares. - medicamentos. - EPI hospitalares. <p>Doadores</p>
<p>Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> - insuficiência, inexistência ou indisponibilidade dos Órgãos de Segurança Pública. 	<p>Escala</p> <ul style="list-style-type: none"> - população dos principais centros urbanos. <p>Severidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - dependente do impacto da pandemia na vida dos civis, sobretudo no fator econômico. <p>Duração e frequência</p> <ul style="list-style-type: none"> - imprevisível. 	<p>Patrulhamento ostensivo</p> <p>Controle de distúrbios</p>	<p>Órgãos de Segurança Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - polícias militares e civis dos estados de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.

Fig 4 - Vulnerabilidades dos civis na área de responsabilidade do CCj Amz.

com a possibilidade de comprometer a segurança de civis” e que as ameaças “também podem ocorrer na forma de eventos não intencionais, naturais ou provocados pelo homem” (Ibidem, p. 4-6). Considerando os atores e as

vulnerabilidades da população civil no contexto da Operação COVID-19, foi realizada a seguinte análise:

Portanto, sendo a pandemia da covid-19 um contexto de crise, a aplicação do princípio da compreensão de riscos

POTENCIAIS AMEAÇAS	DIMENSÕES DA AMEAÇA	POSSÍVEIS MOTIVAÇÕES	RISCOS ASSOCIADOS
Coronavírus (real)	<p>Escala - parcela infectada da população dos Estados de Roraima, Amazonas, Acre e Roraima.</p> <p>Severidade - taxas de letalidade - AC 1,76% - AM 3,43% - RO 1,90% - RR 1,30%</p> <p>Duração e frequência - imprevisível.</p> <p>Visibilidade - dependente de testes de RT-PCR e Sorologia.</p>	<p>Aumento exponencial da taxa de infecção da população</p>	<p>Impedimento de acesso a serviços essenciais de saúde</p>
APOP (potencial)	<p>Escala - população dos principais centros urbanos.</p> <p>Severidade - dependente do impacto da Pandemia na vida dos civis, sobretudo no fator econômico.</p> <p>Duração e frequência - imprevisível.</p> <p>Visibilidade manifestações públicas e furtos e roubos velados.</p>	<p>Ataques deliberados - retaliação às medidas sanitárias adotadas.</p> <p>Crimes de oportunidade - obtenção de recursos.</p>	<p>Violência - violação da incolumidade das pessoas e patrimônio.</p>

Fig 5 - Potenciais ameaças decorrentes da pandemia de covid-19.

aos civis previsto no manual, mostrou-se adequada. Isso possibilitou a identificação dos atores, de suas vulnerabilidades, das ameaças e dos riscos a seguir:

- riscos à saúde - população sem acesso a vacinas e pacientes sem acesso a leitos e a insumos hospitalares compatíveis com a gravidade da doença; e
- riscos à segurança - violação da incolumidade das pessoas e do patrimônio nos principais centros urbanos.

PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO COVID-19

Tornou-se imprescindível ponderar sobre a proteção de civis no planejamento e na condução das operações militares conduzidas no amplo espectro dos conflitos. Dessa forma, é fundamental o treinamento e a preparação tanto do estado-maior quanto da tropa (BRASIL, 2020a). No contexto da Operação COVID-19, a capacitação de ambos contribuiu para garantir o acesso de civis a recursos e serviços essenciais e a proteção dos direitos humanos.

O Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT) abrange as ações de planejar, preparar, executar e avaliar o emprego da força militar. No tocante ao planejamento, uma das ferramentas utilizadas é a Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE), a qual tem por finalidade proporcionar ao comandante um entendimento amplo e correto do ambiente em que está inserido e do real problema a ser solucionado, propiciando condições para que se estabeleça uma abordagem operativa capaz de atingir o estado final desejado para aquela operação específica (BRASIL, 2020a).

O processo de planejamento conjunto (PPC), preconizado pelo Ministério da Defesa, incorpora metodologia semelhante ao longo do exame de situação operacional, em particular, durante as duas primeiras fases: “avaliação do ambiente operacional e análise da missão” e “situação e sua compreensão” (BRASIL, 2020b).

Assim sendo, o CCj Amz, a despeito da exiguidade de tempo disponível, recorreu a alguns recursos metodológicos da MCOE

e do PPC para realizar o seu planejamento e orientar as respostas ao novo desafio imposto pela pandemia. Nesse sentido, para melhor caracterizar a aplicação das citadas ferramentas da MCOE e do PPC, é oportuno realizar um recorte, no tempo e espaço, considerado o contexto peculiar da 2ª onda da covid-19 no estado do Amazonas, particularmente, afetado pela crise de desabastecimento de oxigênio, ocorrida no início de janeiro de 2021.

“Tornou-se imprescindível ponderar sobre a proteção de civis no planejamento e na condução das operações militares conduzidas no amplo espectro dos conflitos.”

Decerto, a perfeita compreensão das diretrizes estratégicas revela-se fundamental para as ações no nível operacional. O estado final desejado nos níveis político e estratégico pode ser traduzido, sinteticamente, por “surto de coronavírus controlado”. A partir dessa imposição estratégica, o CCj iniciou seu planejamento.

A avaliação do ambiente operacional é essencial para desenvolver uma compreensão contextual da situação, definindo as condições atuais e desejadas de um ambiente operacional e familiarizando-se, indiretamente, com o problema. Nesse sentido, buscou-se a transversalidade da aplicação do conjunto de tarefas relacionadas à proteção de civis, realizando breve estudo dos atores relevantes em presença e de suas principais relações, chegando à seguinte descrição da situação:

- quadro de grave crise no estado do AM, com desabastecimento de oxigênio medicinal; e
- recrudescimento da pandemia de covid-19.

Os entes das três esferas da gestão do Sistema de Saúde no AM (compreendidas pelos governos federal, estadual e municipal, com seus órgãos e estruturas correspondentes – Ministério da Saúde, secretarias de saúde e unidades hospitalares), cooperavam de forma

limitada. A população acometida pressionava os entes sanitários, exigindo soluções efetivas. O CCj Amazônia, por sua vez, apoiava os membros da gestão tripartite e assistia à população, por meio de capacidades preexistentes. Naturalmente, a mídia exercia pressão sobre as autoridades governamentais, influenciando a população. Nesse contexto, o papel desempenhado pelas Forças Armadas, também, estava passível de se tornar objeto do escrutínio da opinião pública.

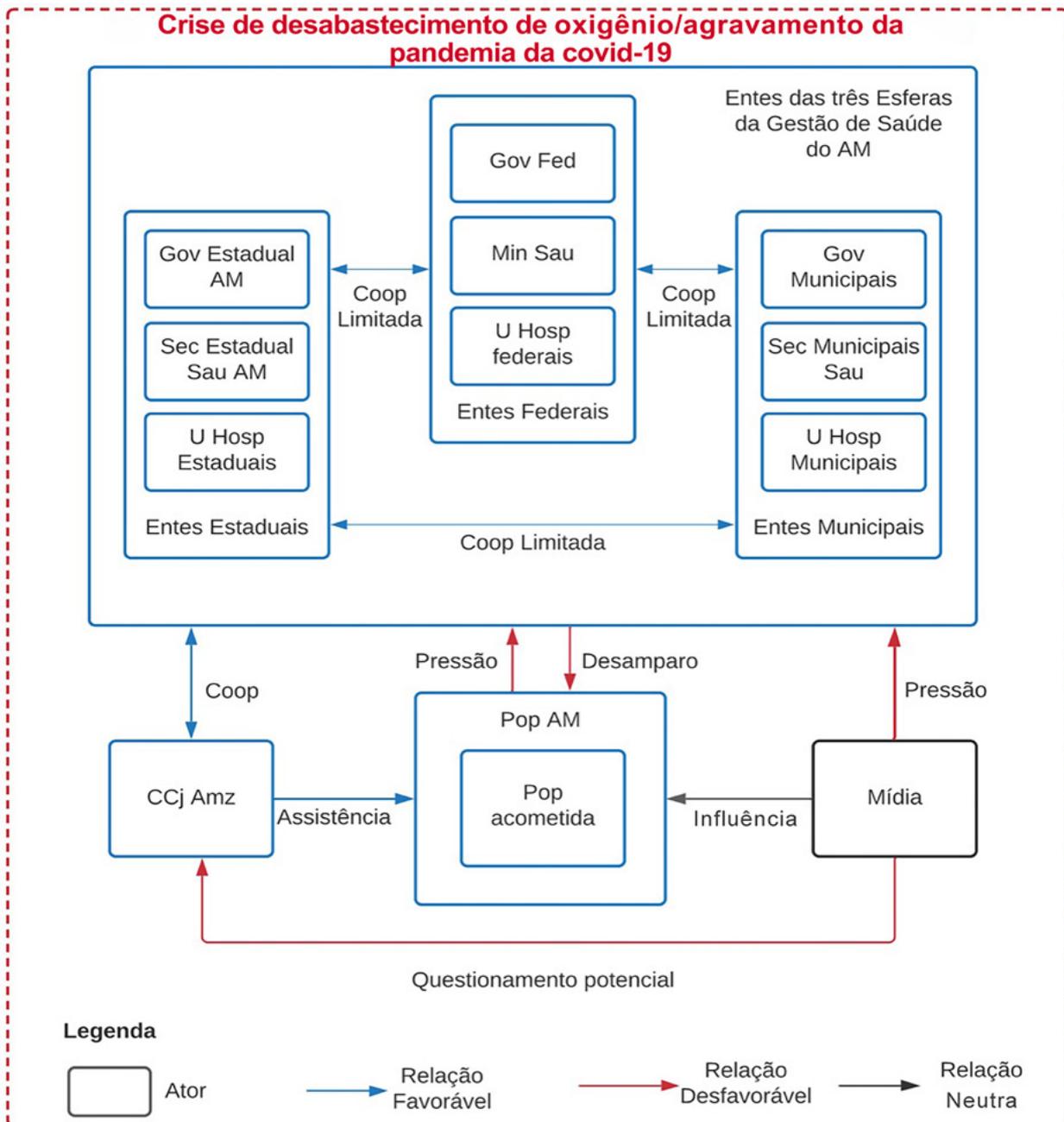


Fig 6 - Ambiente operacional do CCj Amz, no auge do desabastecimento de oxigênio em Manaus.

Nesse cenário, o CCj definiu a situação desejada, restabelecendo o quadro de normalidade no estado do Amazonas, com o fluxo de oxigênio medicinal reequilibrado e a pandemia da covid-19 controlada. Antes das três esferas da gestão do sistema de saúde no AM, cooperando intensamente e amparando a população acometida, a qual reconhece a efetividade das ações de enfrentamento. O CCj Amz, por sua vez, fortalece o apoio aos entes da gestão tripartite e intensifica a assistência à população, com suas capacidades reforçadas. A mídia, a seu tempo, reduz a pressão sobre os entes da gestão tripartite, continuando a influenciar a população e reconhecendo o papel do CCj Amz.

A clara definição do problema por parte do comandante operacional e do seu estado-maior é o primeiro passo para a

adequada construção de soluções. Assim, o comando operacional identificou que o principal fator que impedia ou dificultava o atingimento do estado final desejado era a carência de oxigênio.

Com base nas análises realizadas, o CCj empregou apenas alguns dos conceitos da arte operacional devido à exiguidade do tempo disponível e ao senso de urgência requerido pela gravidade da situação. Por esse motivo, desenvolveu uma abordagem operacional simplificada, que foi apresentada em reunião do comitê intergovernamental de crise, no Centro Integrado de Coordenação e Controle, ativado na cidade de Manaus. Isso possibilitou a coesão em torno de uma ideia geral comum sobre o que deveria ser feito em proveito da proteção de civis, favorecendo a unidade de esforços no heterogêneo ambiente interagências.

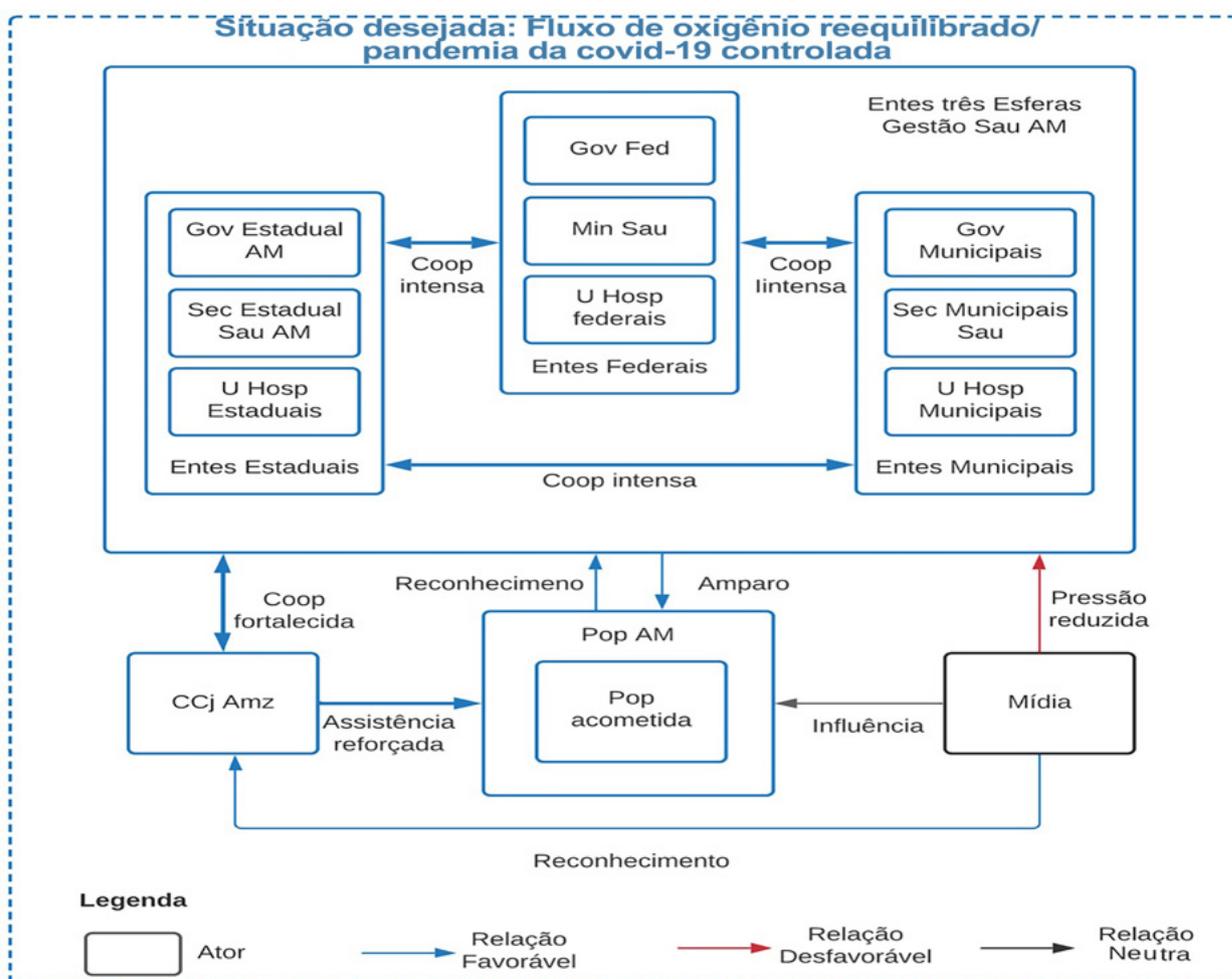


Fig 7 - Situação desejada no auge da crise de desabastecimento de oxigênio em Manaus.

“ A clara definição do problema por parte do comandante operacional e do seu estado-maior é o primeiro passo para a adequada construção de soluções. ”

Nesse sentido, para evoluir da situação atual, caracterizada pela existência de unidades hospitalares com estoques de oxigênio medicinal em nível crítico ou completamente desabastecidas, e chegar à situação desejada, na qual as unidades hospitalares contariam com o abastecimento de oxigênio normalizado, foram concebidas duas linhas de esforço (L Esf): suprimento (Sup) e evacuação (Ev), que foram criadas segundo lógicas de propósitos diferentes:

a primeira, de contribuir para a elevação da oferta de oxigênio e, a segunda, de contribuir para a redução da sua demanda.

Ao longo da L Esf Sup, foram empregados predominantemente meios aéreos. O planejamento estabeleceu quatro pontos decisivos (PD):

- fluxo de oxigênio líquido ampliado;
- suprimento de oxigênio assegurado;
- fluxo de oxigênio gasoso estabelecido; e
- suprimento de outros insumos médico-hospitalares garantido.

Para atender à L Esf Ev, também calcada no emprego de meios aéreos, foi planejado o atingimento de dois pontos decisivos:

- pacientes elegíveis de Manaus evacuados; e
- pacientes elegíveis do interior evacuados.

O atingimento dos pontos decisivos mencionados criou as condições propícias para o restabelecimento do equilíbrio da oferta de oxigênio no estado do Amazonas.

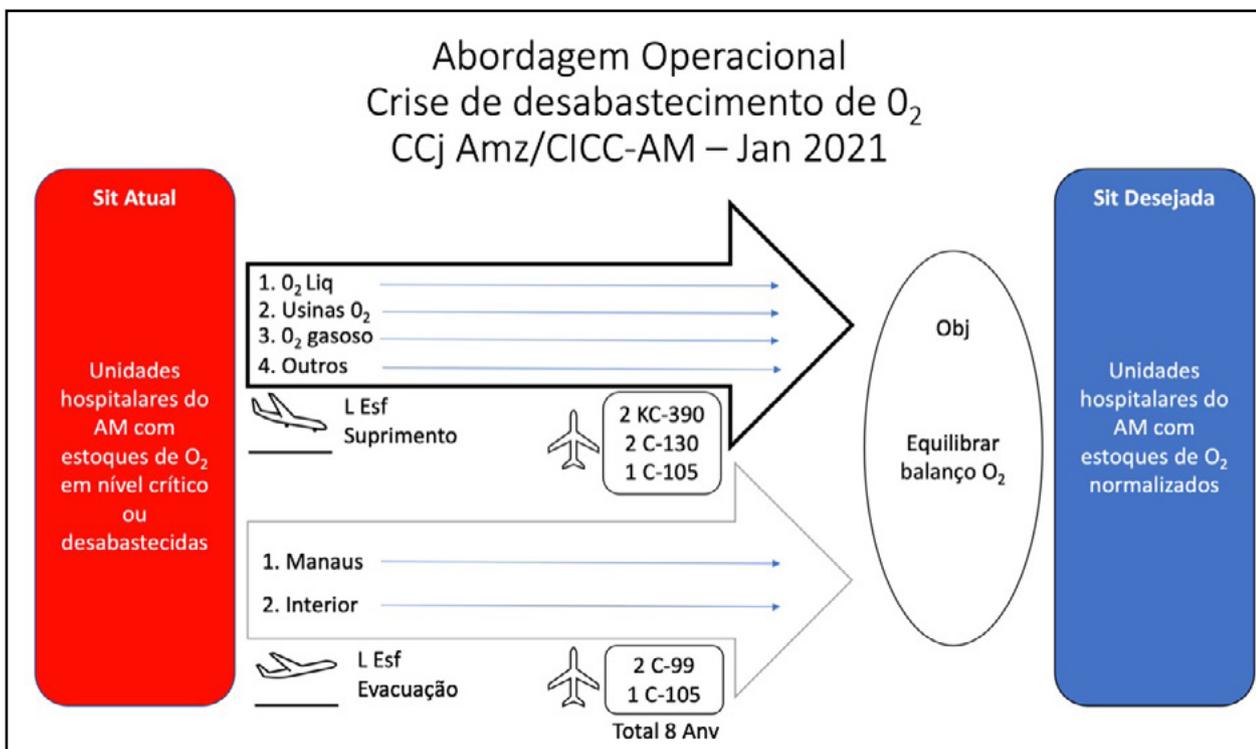


Fig 8 - Desenho operacional apresentado pelo CCj Amz no CICC no auge da crise de desabastecimento de oxigênio em Manaus.

A PROTEÇÃO DE CIVIS DURANTE A OPERAÇÃO COVID-19 E O PAPEL DAS FUNÇÕES DE COMBATE

As funções de combate surgiram como uma abordagem para a solução de problemas estritamente militares. Elas abrangem todas as tarefas sob responsabilidade da F Ter durante a condução das operações e se mostram ferramentas úteis para a estruturação de medidas e procedimentos de proteção de civis (BRASIL, 2016).

Apesar da doutrina de operações conjuntas preconizada pelo Ministério da Defesa não contemplar a metodologia apoiada em funções de combate, o CCj Amz incorporou esse recurso específico da doutrina militar terrestre, a fim de solucionar o desafio imposto pela pandemia, apoiando órgãos de saúde e de segurança pública no enfrentamento ao surto do coronavírus. Nesse sentido, serão abordados aspectos pertinentes às cinco funções de combate que se relacionam com as ações do CCj Amz no contexto da proteção de civis.

FUNÇÃO DE COMBATE MOVIMENTO E MANOBRA

A função de combate movimento e manobra compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, com o objetivo de deslocar forças, posicionando-as em uma situação de vantagem em relação às ameaças. No contexto da proteção de civis, todo esse processo visa à manutenção da integridade da população local (Brasil, 2016).

Alinhado com as determinações provenientes do nível estratégico, foram desencadeadas ações típicas da função de combate movimento e manobra com o intuito de intensificar o controle de acesso às fronteiras. Diuturnamente, militares das três forças singulares conduzem ações ao longo de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros de profundidade, em uma linha de mais de sete mil quilômetros, nas “franjas” dos territórios de quatro estados

brasileiros – Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima – e que se debruça sobre cinco países sul-americanos: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana.

As principais tarefas realizadas durante a Operação COVID-19, relacionadas à função de combate movimento e manobra, em proveito da proteção de civis foram: estabelecer postos de bloqueio e controle terrestres e fluviais; realizar patrulhamento terrestre, fluvial e aéreo; e realizar inspeções em portos, aeroportos e acessos terrestres, contribuindo direta e indiretamente com os órgãos de segurança pública para a manutenção do ordenamento fronteiriço.

Para que se tenha uma ideia da dimensão do vulto das ações do CCj Amz em prol da proteção de civis na Operação COVID-19, até fevereiro de 2021, foram estabelecidos mais de 5,2 mil postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE) e 2,4 mil postos de bloqueio e controle fluviais (PBCFlu), além de realizadas 2,3 mil patrulhas fluviais e 3,3 mil inspeções fluviais.

FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

A função de combate inteligência fornece ao comando uma avaliação completa das vulnerabilidades e das ameaças aos civis em um determinado ambiente operacional. A inteligência permeia as demais funções, integrando dados capazes de agregar valor ao trabalho de produção do conhecimento e criando oportunidades de emprego dos meios de combate de forma preventiva, eficaz e flexível para a proteção de civis (BRASIL, 2020a).

Foram desenvolvidas ações sistemáticas com o intuito de manter e ampliar a consciência situacional e de produzir estimativas correntes de qualidade. Os dados eram coletados em fontes abertas ou fornecidos por agências e instituições parceiras envolvidas nos esforços interagências e interorganizacionais. Diariamente,

a seção de inteligência apresenta sua análise da evolução dos números relativos à pandemia nos quatro estados abrangidos pelo CCj. As taxas de ocupação de leitos clínicos e de leitos de UTI, para pacientes infectados ou não, tornaram-se objeto de atenção especial. Desse modo, o

comandante do CCj permaneceu atualizado em relação ao progresso da pandemia e de seus impactos sobre o público em geral. A função de combate inteligência permitiu o adequado redirecionamento dos esforços empreendidos pelos escalões subordinados e pelos elementos em coordenação.

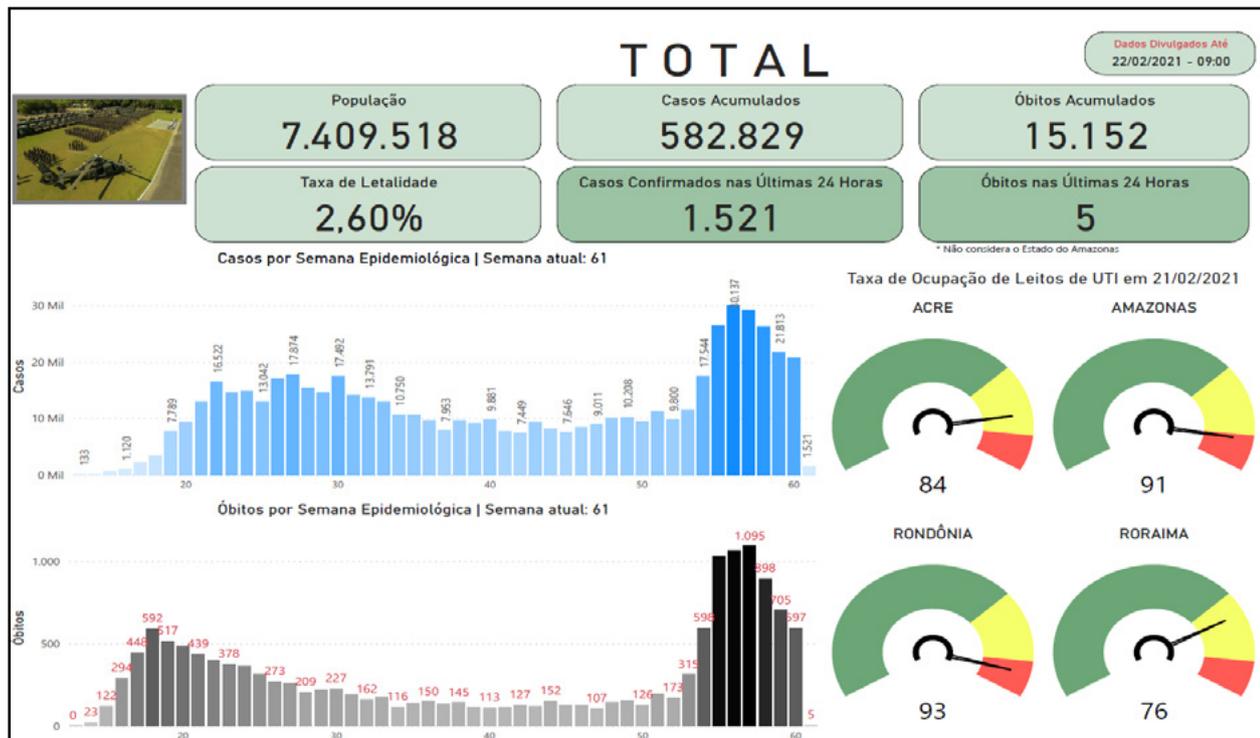


Fig 9 - Situação epidemiológica na área do CCj Amz em 22/02/2021.

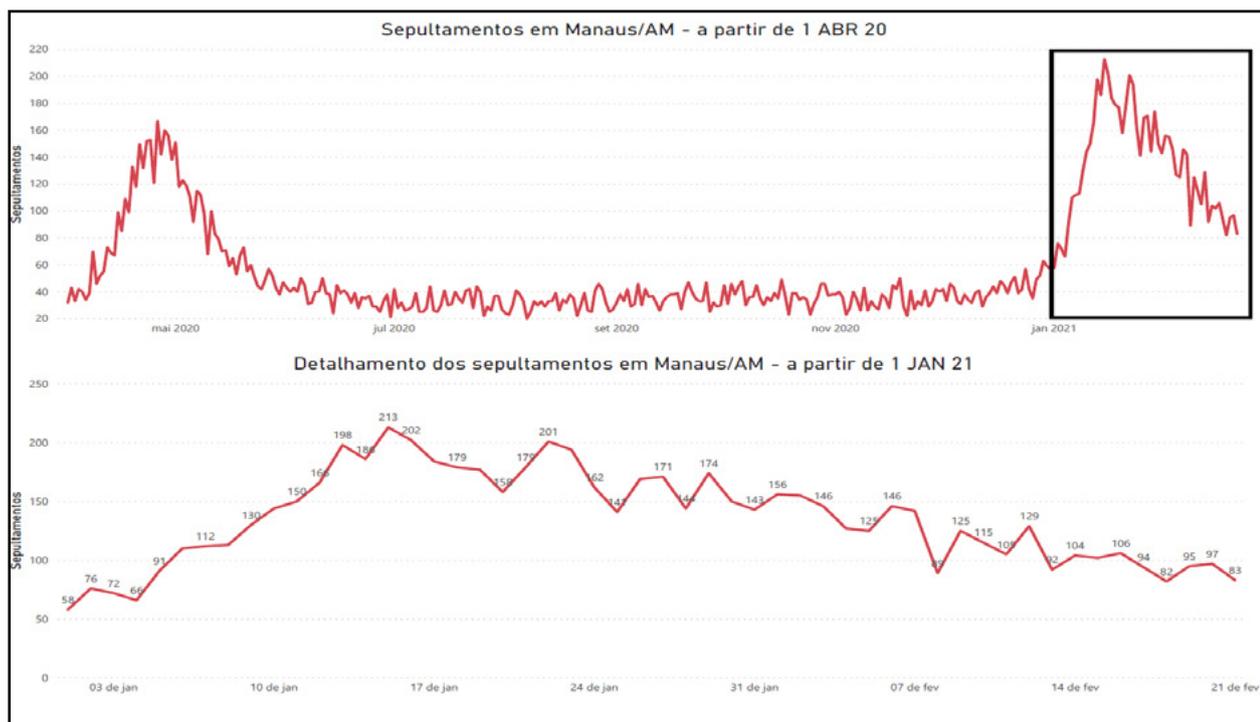


Fig 10 - Evolução de sepultamentos em Manaus.

FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO E CONTROLE

A função de combate Comando e Controle (C2) reúne o conjunto de atividades por meio das quais se planeja, dirige, coordena e controla o emprego de forças militares em campanha. A instalação e a exploração eficientes da rede de postos de comunicação e de coordenação é essencial para o pleno funcionamento dos sistemas de C2. A eficaz gestão da função de combate C2 torna possível a integração dos esforços civis e militares, além de permitir a superação de problemas resultantes da existência de múltiplas linhas de autoridade. (BRASIL, 2016; 2020a).

A instalação de Centros de Comando e Controle (CC2) e de Centros de Comunicações (CCom) permite o estabelecimento de ligações seguras e confiáveis entre os diferentes escalões de comando. Para esse fim, são utilizados recursos como o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), Rede Operacional de Defesa (ROD), C2 em Combate, SPED Operacional, correio eletrônico (ZIMBRA), RITEX, dentre outros, contribuindo sobremaneira para que o fluxo de informações eleve a consciência situacional dos comandantes, em todos os níveis, e permitindo a transmissão oportuna de ordens e instruções destinadas à proteção de civis no decurso de toda a operação. A título de ilustração, de 20 de março de 2020 até fevereiro de 2021, tramitaram mais de dois mil e duzentos documentos pelos diversos sistemas acima mencionados.

A integração de esforços civis e militares no âmbito do Centro Integrado de Cooperação e Controle (CICC) do Amazonas (CICC) é outro exemplo que evidencia a relevância da função de combate C2. Neste local, agências governamentais, como o Ministério da Saúde, Secretarias Estadual e Municipais de Saúde; não-governamentais, como hospitais de renome nacional e internacional; e multilaterais,

como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e vetores militares, representados pelo Comando Operacional, podem articular esforços a partir da criação de ambiente de confiança mútua e do compartilhamento de propósitos e de resultados, favorecendo a geração de efeitos sinérgicos em proveito da Proteção de Civis na Operação COVID-19.

Além disso, diariamente, no Centro de Coordenação de Operações, ocorre um *briefing* diário para manutenção e ampliação da consciência situacional do Comandante e de seu Estado Maior. Nessa reunião, são apresentadas as ações que foram executadas e seus resultados, bem como as ações futuras, permitindo, dessa maneira, a ratificação ou retificação do planejamento, bem como a emissão de novas diretrizes para orientar o prosseguimento da operação.

FUNÇÃO DE COMBATE LOGÍSTICA

A função de combate logística integra o conjunto de atividades e tarefas militares utilizadas para proporcionar apoio e serviços. Em situações de emergência, os recursos logísticos das forças militares podem ser utilizados para apoiar outros atores e fornecer bens e serviços essenciais (BRASIL, 2016 e 2020a).

O CCj Amz desenvolve ações próprias da função de combate logística. Alinhado com as diretrizes do nível estratégico, presta apoio aos órgãos de saúde dos quatro estados de sua área de responsabilidade, sobretudo, em transporte de saúde.

O apoio logístico aos órgãos sanitários é feita por meio de todos os modais de transporte disponíveis. No modal aéreo, merece destaque o transporte realizado por ocasião da crise de desabastecimento de oxigênio em Manaus. Naquela ocasião, o CCj Amz apoiou no deslocamento de mais de 500 tanques e 7 *isocontainers* de oxigênio líquido, 1.200 cilindros de oxigênio gasoso, além de 15 toneladas de insumos hospitalares. Todo esse material foi transportado em aeronaves militares.

“ A função de combate logística integra o conjunto de atividades e tarefas militares utilizadas para proporcionar apoio e serviços. Em situações de emergência, os recursos logísticos das forças militares podem ser utilizados para apoiar outros atores e fornecer bens e serviços essenciais ”

Aeronaves de asa fixa e rotativa, também, desempenharam um relevante papel na distribuição de vacinas contra a covid-19 para pontos remotos do território nacional, contribuindo diretamente para a imunização de mais de 23 mil indígenas aldeados em áreas longínquas e de difícil acesso.



Fig 12 - Em meio à pandemia, militares do 61º Batalhão de Infantaria de Selva prestam socorro às vítimas da enchente do rio Juruá, no estado do Acre, fevereiro de 2021.

O CCj Amz encarregou-se do transporte de usinas de oxigênio, por modal fluvial, para cidades do interior do estado do Amazonas, como Codajás, Tapauá, Urucará e Santo Antônio do Içá, assim como foi responsável pelo transporte das equipes de vacinação existentes em nove distritos sanitários especiais indígena, incumbidas de atuarem em mais de noventa comunidades indígenas.

Além disso, pelo modal de transporte terrestre foram transportados usinas e cilindros de oxigênio líquido e outros insumos hospitalares.



Fig 13 - Transporte de oxigênio pelo modal fluvial.

FUNÇÃO DE COMBATE PROTEÇÃO

A função de combate proteção reúne o conjunto de atividades empregadas na preservação da própria força militar, permitindo que os comandantes contem com máximo de meios à sua disposição. A eficaz proteção da força ajuda a preservar a capacidade de consecução dos objetivos estabelecidos pela missão. Nesse contexto, se insere a proteção contra agentes biológicos, uma vez que seus efeitos deletérios causam graves problemas tanto às tropas quanto à população local. (BRASIL, 2016; 2020a).

Durante a Operação COVID-19, foram executadas tarefas com a finalidade de preservar o pessoal militar, mantendo o nível de operacionalidade da tropa e evitando que os membros do CCJ Amz se transformassem em vetores de disseminação da doença.

Ademais, buscou-se proteger a população civil, contribuindo para mitigar os impactos do surto da covid-19. Dentre outras medidas estabelecidas por meio de protocolos de segurança, foram realizadas, até fevereiro de 2021, mais de 4,6 mil barreiras para controle sanitário no acesso às organizações militares; foram produzidos e distribuídos cerca de trinta mil equipamentos de proteção individual, como máscaras e protetores faciais; e foram descontaminadas 146 instalações em organizações militares, além de 190 locais públicos, como escolas, hospitais, estações rodoviárias, portos e aeroportos.

Portanto, a aplicação do princípio da proteção de civis nas operações, mostrou-se adequado e permitiu a integração das atividades de planejamento e emprego para proteção de populações vulneráveis.

“

Durante a Operação COVID-19, foram executadas tarefas com a finalidade de preservar o pessoal militar, mantendo o nível de operacionalidade da tropa e evitando que os membros do CCJ Amz se transformassem em vetores de disseminação da doença”

APOIO AOS ÓRGÃOS DE SAÚDE LOCAIS

O apoio aos órgãos de saúde é evidenciado pela realização da medicina curativa de militares e seus dependentes e por mais de 2.400 doações de sangue. Convém ressaltar as ações que resultaram na evacuação interestadual e

intermunicipal de mais de 680 doentes, bem como o fornecimento de módulos de hospitais de campanha provenientes de três organizações militares das Forças Armadas, os quais foram instalados junto ao hospital estadual Delphina Aziz, em Manaus.



Fig 14 - atendimentos realizados em apoio aos órgãos de saúde locais.

O apoio em recursos humanos prestado aos órgãos de saúde também merece destaque. Em Manaus, membros das três forças singulares foram empregados em apoio à campanha de vacinação, realizando tarefas de triagem e registro nos postos de vacinação, em conjunto com outros profissionais da rede de saúde. Além disso, apoiaram os trabalhos de lançamento de dados no sistema informatizado de monitoramento da campanha.



Fig 15 – Envio de cilindros de oxigênio para Manaus - AM.

O AMBIENTE INTERAGÊNCIAS

A integração entre atores civis e militares é fundamental para o êxito das operações. O ambiente interagências é definido por sua heterogeneidade e tem por finalidade conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos convergentes que visam ao bem comum (BRASIL, 2020a).

A Operação COVID-19, por sua natureza, é essencialmente interagências. A própria missão atribuída ao CCj Amz (apoiar órgãos de saúde e de segurança pública) condiciona essa realidade. Para desenvolver ações de maneira coordenada, foram estabelecidas ligações com as agências sanitárias e reforçados os laços com os órgãos de segurança pública presentes na área de responsabilidade do Comando Conjunto.

O Centro Integrado de Coordenação e Controle (CICC), ativado por ocasião da segunda onda da covid-19 no estado do Amazonas, tornou ainda mais evidente o ambiente interagências. O efetivo engajamento de diversas organizações

governamentais e não-governamentais, das três esferas da administração pública, nacionais e internacionais, mesmo após o ápice da crise provocada pelo agravamento da pandemia, materializa a relevância da integração de esforços de diversos matizes.

ASSUNTOS CIVIS

As atividades de Assuntos Cíveis convergem para o conjunto de ações e iniciativas que regem o relacionamento do componente militar com as autoridades cíveis e a população presentes no interior da área de operações (BRASIL, 2020a). A Cooperação Civil-Militar (CIMIC na sigla em inglês) busca desenvolver atividades militares de apoio às operações para fortalecer o relacionamento entre forças militares, autoridades cíveis e a população local (BRASIL, 2020a). Obviamente, no contexto da Operação COVID-19, as atividades de Assuntos Cíveis assumem enorme relevância.

Durante a crise de desabastecimento de oxigênio ocorrida em Manaus, o Comando

Conjunto contribuiu para a ativação de centrais de doações de oxigênio e para o estabelecimento de linhas aéreas de abastecimento de oxigênio gasoso, graças ao engajamento ao lado de diversas organizações não-governamentais. Esses esforços aproximaram autoridades civis e militares empenhadas na construção de uma solução efetiva.

Uma ampla rede de coleta e doação de cilindros vazios, capitaneada por organizações do terceiro setor, foi estabelecida em Manaus. Assim, o CCj Amz, por meio da coordenação das solicitações de emprego de meios aéreos da FAB, intermediava o transporte de ampolas vazias para Belém, onde eram substituídas por ampolas cheias, obtidas a partir da rede de coleta e doação também capitaneada por ONGs e por voluntários na capital paraense. Ao retornarem para Manaus, as ampolas carregadas eram distribuídas conforme a prioridade estabelecida pelas autoridades de saúde locais. Com isso, o relacionamento entre forças militares, autoridades civis e a própria população afetada permitiu que chegassem a Manaus mais de 400 cilindros de oxigênio.



Fig 16 - Integração entre militares e civis em ambiente interagências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do CCj Amz durante a Operação COVID-19 mostrou-se de vital importância para mitigar os trágicos

efeitos da pandemia na Amazônia ocidental. Além disso, permitiu a utilização de preceitos doutrinários emergentes relacionados à proteção de civis, comprovando a validade das ideias contidas na proposta do manual elaborada pela ECEME.

Um dos pressupostos que validam a doutrina é a relevância de ferramentas do planejamento conceitual para a proteção de civis. Esse aspecto foi observado quando o CCj Amz utilizou a metodologia prevista no processo de planejamento conjunto. Além disso, valeu-se de recursos úteis, como a abordagem operativa, para estabelecer as linhas de esforço adotadas durante a operação. Outros pressupostos que se prestam para certificar a doutrina de proteção de civis dizem respeito à integração das funções de combate.

A certeza de que o ambiente interagências é primordial para a construção de soluções efetivas para a proteção de civis é outro pressuposto que respalda a doutrina. As atividades realizadas na operação são sinérgicas e todos os esforços convergem para a busca de soluções efetivas, focadas na promoção do bem comum. Isso foi observado quando todos os atores, civis e militares, estabeleceram protocolos de atuação importantes para o restabelecimento do fluxo de oxigênio, aumento da quantidade de leitos hospitalares, atendimento à população, transporte de pacientes e vacinação da população. O trabalho conjunto e interagências, conduzido de forma ordenada e metódica, respeitando as esferas de atribuições de cada organização envolvida, torna as medidas adotadas mais eficazes.

As atividades de assuntos civis, como atividade fundamental para a promoção de um ambiente seguro e estável, somadas à necessidade de composição de capacidades por meio da colaboração interagências, é imprescindível à proteção de civis nas operações. O relacionamento entre as diversas instituições permitiu o restabelecimento dos estoques de oxigênio na cidade de Manaus, em um momento crítico.

Por fim, a experiência do CCj Amz na proteção de civis, durante a Operação COVID-19, sugere que a doutrina de proteção de civis seja incorporada rapidamente nos níveis tático e operacional, uma vez que o emprego das Forças Armadas em missões dessa natureza tende a se tornar, cada vez, mais comum.■

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB20-MC-10.206 Manual de Campanha Fogos**. 1. ed. Brasília, 2015.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB 70-MC-10.341: Lista de Tarefas Funcionais**, 1ª edição. Brasília, 2016.
- BRASIL, Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB20-P-03.002 Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2019, 34p.
- BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC-10.250 - Proteção de Civis**. 1. ed. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas 2º vol.** 2. ed. Brasília, 2020b

SOBRE OS AUTORES

O Tenente-Coronel de Infantaria Murilo Albiero é Chefe da Célula de Operações do CCOp/CMA. Foi declarado aspirante a oficial, em 2000, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou curso de aperfeiçoamento, em 2008, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e o de Comando e Estado-Maior, em 2018, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serviu no 34º BIS, EsPCEX, 58º BI Mtz, 55º BI, BRABATT 2/17, Cia C 11ª Bda Inf L e 17º BIS (albiero.murilo@eb.mil.br).

O Tenente-Coronel de Infantaria Marcelo Soares Oliveira é Adjunto da Célula de Operações do CCOp/CMA. Foi declarado aspirante a oficial, em 2000, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou curso de aperfeiçoamento, em 2008, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e o de Comando e Estado-Maior, em 2018, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serviu no 4º BIS, AMAN e CIGS (marcelosoares.oliveira@eb.mil.br).

O Tenente-Coronel de Infantaria Leandro Basto Pereira é Adjunto da Célula de Operações do CCOp/CMA. Foi declarado aspirante a oficial, em 2000, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou curso de aperfeiçoamento, em 2009, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e o de Comando e Estado-Maior, em 2017, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serviu na EsAO, 1º BIS, BRABATT/9, 5º BIS e Cia C CMA (basto.leandro@eb.mil.br).

O Tenente-Coronel de Cavalaria Marcelo Dias Monteiro é Adjunto da Célula de Operações do CCOp/CMA. Foi declarado aspirante a oficial, em 2001, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou curso de aperfeiçoamento, em 2009, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e o de Comando e Estado-Maior, em 2020, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serviu no 1º BF Esp (monteiro.dias@eb.mil.br).

O Major de Cavalaria Daniel Falcão Xavier de Souza é Adjunto da Célula de Operações do CCOp/CMA. Foi declarado aspirante a oficial, em 2002, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Realizou curso de aperfeiçoamento, em 2010, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e o de Comando e Estado-Maior, em 2020, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serviu no 1º Esqd C Pqdt, EsAO, CIBld, AMAN e 16º RC Mec (falcao.daniel@eb.mil.br).